

ATA NÚMERO 102

Reunião do Grupo de trabalho sobre Aquacultura

18 de março 2026

Híbrida a partir de Lisboa - Hotel Meliá Lisboa Aeroporto

14h30 - 17h30 (hora local) | Int: PT, FR e ESP

Introdução. Natureza da reunião

Às catorze horas e trinta minutos do dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, reuniu-se o Grupo de trabalho sobre Aquacultura do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) em modo híbrido, a partir do Hotel *Méliá Lisboa Aeroporto*, com interpretação simultânea em português, francês e espanhol.

1. Sessão de boas-vindas pelo Chefe de Divisão da área de Aquicultura da DGRM – Rui Oliveira (Direção dos Recursos Naturais, Segurança e serviços Marítimos DGRM);

O Sr. Rui Oliveira (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - DGRM), agradeceu o convite dirigido à DGRM para participar na presente reunião e começou por referir que o CCRUP tinha assumido um papel relevante no contexto das políticas europeias para o mar e para as pescas, constituindo um espaço privilegiado de diálogo entre os diferentes intervenientes do setor, nomeadamente as autoridades políticas e públicas, os produtores, a comunidade científica e a sociedade civil. Referiu que este fórum tinha permitido assegurar que as especificidades das regiões ultraperiféricas fossem devidamente consideradas na definição e na implementação das políticas da União Europeia (EU), contribuindo para uma governação mais participada, mais informada e mais adaptada às diferentes realidades territoriais. No contexto português, salientou que a aquacultura se tinha vindo a afirmar como um setor estratégico e em desenvolvimento, especialmente ligado à economia azul e à economia do mar. Num cenário global marcado pelo crescimento da procura de proteínas de origem aquática e pela necessidade de reduzir a pressão sobre os recursos selvagens, a aquacultura tinha assumido um papel central na promoção de sistemas alimentares sustentáveis, na valorização dos territórios e na criação de emprego qualificado. Referiu ainda que Portugal dispunha de condições naturais particularmente favoráveis ao desenvolvimento da aquacultura, nomeadamente uma extensa costa, boas condições ambientais e um crescente conhecimento científico e tecnológico aplicado à produção. Salientou que, nos últimos anos, tinham sido realizados esforços, quer por parte do Governo, quer por parte das entidades da Administração Central, no sentido de simplificar os processos de licenciamento, promover a inovação e incentivar novos investimentos. A este propósito, indicou que, de acordo com os últimos dados disponíveis relativos à produção aquícola em Portugal, incluindo as regiões ultraperiféricas da *Madeira* e o território continental, tinha sido atingida uma produção de cerca de vinte mil toneladas, correspondente a um valor aproximado de duzentos e cinco euros. Neste quadro, destacou que as regiões ultraperiféricas portuguesas e, em particular, a *Madeira*, apresentavam um potencial especialmente relevante para o desenvolvimento da aquacultura. As características oceanográficas do arquipélago, a qualidade das águas e a sua localização estratégica no Atlântico constituíam fatores favoráveis à produção aquícola, sobretudo através de sistemas no alto

mar. Relativamente à *Madeira*, referiu que o setor tinha demonstrado uma evolução positiva, com projetos que se tinham destacado pela aposta na inovação tecnológica, na sustentabilidade ambiental e na produção de espécies de elevado valor comercial, especialmente a dourada. Sublinhou que esta atividade tinha contribuído não apenas para a diversificação da economia regional, mas também para o reforço da segurança alimentar, para a criação de emprego e para a afirmação da economia azul no arquipélago. Informou, ainda, que se encontravam, à data, duas empresas a produzir dourada em regime alto mar, com uma capacidade de produção instalada de cerca de mil quinhentas e noventa toneladas por ano. Neste contexto, considerou que o trabalho desenvolvido no âmbito do CCRUP tinha sido fundamental para identificar desafios, partilhar experiências entre as diferentes regiões e construir soluções que permitissem potenciar o crescimento sustentável da aquacultura nestes territórios. Por fim, manifestou a sua convicção de que os debates que seriam realizados no decurso da reunião contribuiriam para reforçar a cooperação entre os diversos atores do setor e para consolidar a aquacultura como um dos pilares do desenvolvimento sustentável das regiões ultraperiféricas europeias.

2. Adoção da agenda e Informações administrativas – Secretária-geral;

Face à ausência de resposta por parte do Sr. Ramon Filgueira (Conselho Internacional para a Exploração do Mar - ICES), a Secretária-Geral propôs uma alteração à ordem de trabalhos, sugerindo que os trabalhos se iniciassem com a intervenção da Sra. Emilia Gargallo (Direção Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas - DG MARE), seguindo-se o debate sobre a recomendação relativa à transição energética na aquacultura e as suas implicações para a sustentabilidade e eficiência do setor, correspondente à recomendação número cinco do plano de trabalho dois mil e vinte e cinco–dois mil e vinte e seis. Por fim, seria realizado um debate conjunto com o Conselho Consultivo para os Mercados (MAC) e o Conselho Consultivo para a Aquacultura (AAC).

A Secretária-Geral informou que a ata da última reunião, realizada no dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e cinco, tinha sido aprovada no dia vinte de fevereiro de dois mil e vinte e seis. Comunicou ainda que, para a presente reunião, se encontrava disponível interpretação simultânea em português, espanhol e francês. Esclareceu que a reunião estava a ser gravada para efeitos de elaboração da respetiva ata e referiu que seriam abordadas algumas das recomendações que tinham sido analisadas no âmbito do Grupo de trabalho da Aquacultura, nomeadamente as estatísticas relativas ao setor europeu das pescas e da aquacultura, a simplificação da recolha de dados, o impacto das alterações climáticas no setor das pescas e da aquacultura das regiões ultraperiféricas, o Pacto Europeu dos Oceanos e as águas das regiões ultraperiféricas.

Encontravam-se presentes, na qualidade de observadores, a Sra Cynthia Benites, (Secretária-Geral do Conselho Consultivo para a Aquacultura-AAC); o Sr. Brian Thomson (Presidente do Conselho Consultivo para a Aquacultura); a Sra Mirella Meraut-Laurence (*Collectivité de Saint Martin*); o Sr. Rui Oliveira e a Sra. Susana Siborro (DGRM); a Sra. Ana Silva (*Federação das Pescas dos Açores*); o Sr. Pedro Reis Santos (Secretário-Geral Conselho Consultivo para os Mercados - MAC); e a Sra. Amanda Perez (DG MARE).

3. Situação atual da Aquicultura na Europa – Emilia Gargallo (DG Mare-A2)

A Sra Emília Gargallo, (DG MARE), cumprimentou todos os presentes e informou que iria apresentar o estado atual do desenvolvimento da política de aquacultura da União Europeia, nomeadamente a forma como esta política estava a evoluir do ponto de vista da Comissão Europeia. Começou por fazer um breve enquadramento geral, referindo que, embora os membros do Grupo de trabalho da Aquacultura já estivessem familiarizados com a matéria, considerava importante recordar alguns aspetos fundamentais, tendo em conta que, no quotidiano, os diferentes intervenientes do setor se encontravam frequentemente muito ocupados e, por vezes, não conseguiam ter uma visão global das questões.

Neste contexto, explicou que a política de aquacultura na União Europeia não era da competência exclusiva da União Europeia, ao contrário do que acontecia com a política das pescas. Referiu que o documento que servia de orientação para a atuação da Comissão Europeia e dos Estados-Membros eram as Diretrizes Estratégicas para uma Aquacultura da União Europeia mais Sustentável e Competitiva e que a forma de trabalho com os Estados-Membros assentava no método de coordenação aberta. Na sequência da publicação das referidas diretrizes, cada Estado-Membro tinha procedido à revisão da respetiva estratégia nacional. Salientou, contudo, que o facto de as Diretrizes Estratégicas constituírem o documento de referência não significava que não existisse regulamentação aplicável à aquacultura. Esclareceu que essa regulamentação não era, na sua maioria, específica da aquacultura, abrangendo, entre outras matérias, a saúde e o bem-estar animal, a proteção do ambiente e a organização dos mercados.

De seguida, procedeu a uma breve recapitulação dos objetivos definidos para o período de vigência das diretrizes estratégicas, salientando que os quatro objetivos horizontais estabelecidos nas Diretrizes Estratégicas de dois mil e vinte e um continuavam plenamente em vigor. Estes objetivos consistiam em reforçar a resiliência e a competitividade da aquacultura da União Europeia; assegurar a participação da aquacultura na transição ecológica; garantir a aceitação social do desenvolvimento da aquacultura e uma informação adequada aos consumidores; e aumentar o conhecimento e a inovação no setor da aquacultura. Referiu que, com base nestas orientações e objetivos, a Comissão Europeia tinha vindo a desenvolver um conjunto de ações destinadas à implementação das Diretrizes Estratégicas.

Neste âmbito, considerou importante partilhar com o Grupo de trabalho da Aquacultura a informação relativa ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pela Comissão Europeia, uma vez que já há algum tempo não tinha sido realizada uma apresentação conjunta sobre a evolução da política de aquacultura na União Europeia. Salientou que, embora a abordagem da Comissão Europeia à aquacultura fosse geral e não conferisse uma ênfase específica às realidades particulares das regiões periféricas e ultraperiféricas, os objetivos e as ações desenvolvidas se destinavam a toda a aquacultura da União Europeia. Considerou, por isso, que existia um conjunto significativo de informações e iniciativas que poderiam ser particularmente úteis para as regiões mais periféricas. A este propósito, destacou o desenvolvimento do sítio eletrónico dedicado à aquacultura da União Europeia, que constituía uma espécie de base de conhecimento e onde os interessados poderiam registar-se e ter acesso a diversos documentos considerados fundamentais. Explicou que, através desta plataforma, eram disponibilizados documentos elaborados pela Comissão Europeia com o objetivo de melhorar e fornecer orientações aos Estados-Membros e aos produtores sobre diversas matérias relacionadas com a aquacultura. A página disponibilizava igualmente informação sobre projetos e recomendações deles resultantes, bem como uma newsletter enviada regularmente aos utilizadores inscritos. Referiu ainda

que, no ano anterior, tinha sido realizada uma campanha de comunicação destinada a dar maior visibilidade aos produtos da aquacultura da União Europeia, iniciativa que também tinha sido implementada nas diferentes regiões. Explicou que, nesta campanha, a Comissão Europeia tinha optado por não se centrar exclusivamente no produto, privilegiando antes a história e a dimensão humana do setor.

Nesse âmbito, tinham sido apresentados vários produtos aquícolas, sendo dada particular importância aos produtores, às suas motivações para desenvolver a atividade, às práticas de sustentabilidade adotadas e aos benefícios associados à produção aquícola sustentável. A campanha tinha adotado o título «Aquicultura da União Europeia. Trabalhamos com paixão», apresentando produtores que tinham assumido o papel de embaixadores e que tinham partilhado as suas experiências e histórias.

A Sra. Emilia Gargallo referiu igualmente que, entre os documentos elaborados pela Comissão Europeia, se encontravam orientações relativas ao ordenamento do território, aos procedimentos administrativos, à transição energética, ao bem-estar animal e à adaptação às alterações climáticas. Informou que, a pedido do Conselho Consultivo para a Aquicultura, tinha sido lançado, em julho de dois mil e vinte e quatro, um inquérito anual dirigido aos Estados-Membros, com o objetivo de criar uma base de informação que permitisse acompanhar o desenvolvimento da aquicultura na União Europeia, uma vez que não existiam, até então, indicadores de referência suficientemente consolidados. Explicou que este inquérito anual tinha servido igualmente de base à realização de uma avaliação intercalar sobre a implementação das Diretrizes Estratégicas, cujos resultados seriam apresentados posteriormente.

De seguida, apresentou alguns dos documentos que considerava mais relevantes, tanto os elaborados diretamente pela Comissão Europeia como os produzidos no âmbito do mecanismo de assistência à aquicultura. Esclareceu que os documentos identificados com a sigla SWD correspondiam a documentos provenientes da DGMARE, enquanto os restantes tinham sido elaborados no âmbito da assistência técnica. Entre os documentos apresentados, destacou o relativo à regulamentação e administração, que abordava formas de simplificar a regulamentação e o quadro administrativo aplicável à aquicultura; o documento relativo ao acesso ao espaço marítimo; o documento sobre o acesso ao espaço e à água para a aquicultura de água doce ou em terra; o documento sobre a adaptação às alterações climáticas; e o documento relativo à transição energética. Salientou que todos estes documentos dispunham, à data, de formação em linha, sob a forma de seminários ou sessões virtuais destinadas a facilitar a sua compreensão e aplicação, estando as mesmas abertas a todos os interessados e disponíveis através do sítio eletrónico da aquicultura da União Europeia. A título de exemplo, referiu que estava prevista uma sessão específica sobre o documento relativo à transição energética, durante a qual o conteúdo do documento seria explicado e os casos nele apresentados seriam discutidos de forma mais interativa com os Estados-Membros e os produtores que tinham boas práticas para partilhar. Mencionou ainda outros documentos considerados relevantes, nomeadamente os relativos às oportunidades de financiamento disponíveis para a aquicultura, às boas práticas de bem-estar animal e ao código de boas práticas e indicadores para o bem-estar e a saúde animal. Referiu também a existência de fichas informativas sobre boas práticas de gestão específicas para determinadas espécies, nomeadamente o robalo (*Dicentrarchus labrax*), a solha (*Pleuronectes platessa*) e a corvina (*Argyrosomus regius*), integradas no referido código de boas práticas. De seguida, passou a abordar a situação atual da aquicultura na União Europeia, considerando fundamental mencionar o relatório elaborado a meio do período de implementação das Diretrizes

Estratégicas. Por um lado, existiam recomendações dirigidas à Comissão Europeia; por outro, recomendações destinadas aos Estados-Membros; e, por último, recomendações dirigidas ao Conselho Consultivo para a Aquacultura, enquanto entidade representativa do setor. Esclareceu que, no âmbito da avaliação intercalar, tinha sido analisada a implementação das Diretrizes Estratégicas e a forma como cada um destes intervenientes tinha contribuído para a sua concretização. Assim, tinham sido avaliados os progressos realizados pela Comissão Europeia, pelos Estados-Membros e pelo Conselho Consultivo na aplicação das ações previstas nas Diretrizes Estratégicas.

Por outro lado, tinham também sido avaliados os progressos realizados pelos Estados-Membros com base nos respetivos planos estratégicos nacionais plurianuais para a aquacultura. Para esse efeito, tinha sido analisado, em cada Estado-Membro, aquilo que tinha sido previsto nos respetivos planos estratégicos e o que tinha sido efetivamente concretizado até ao ano de dois mil e vinte e três.

A Sra. Emilia Gargallo salientou igualmente a importância do apoio financeiro enquanto elemento fundamental para a concretização das ações previstas para o setor da aquacultura. Neste âmbito, tinha sido avaliado o apoio financeiro concedido tanto pela União Europeia como pelos Estados-Membros, tendo em consideração que o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquacultura (FEAMPA) não constituía a única fonte de financiamento disponível. Explicou que os Estados-Membros também poderiam mobilizar recursos financeiros próprios e recorrer a outros fundos para apoiar o desenvolvimento da aquacultura, tendo estes elementos sido igualmente considerados na avaliação. Por último, tinha sido avaliada a eficácia das ações implementadas e do apoio financeiro concedido na contribuição para o cumprimento dos objetivos estabelecidos nas Diretrizes Estratégicas.

Relativamente às conclusões gerais da avaliação intercalar, esclareceu que os dados disponíveis abrangiam o período compreendido entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e três. A principal conclusão tinha sido a de que, até àquele momento, não tinha sido possível inverter a estagnação do crescimento do setor da aquacultura na União Europeia. Considerou, contudo, que ainda era demasiado cedo para avaliar de forma conclusiva o desenvolvimento ou o crescimento do setor, uma vez que os obstáculos existentes na aquacultura eram de natureza estrutural e exigiam tempo para serem ultrapassados. Apesar de terem sido registados progressos visíveis em alguns indicadores estatísticos de produção, estes não poderiam ainda refletir-se plenamente nos dados disponíveis. Explicou que a avaliação final seria realizada em dois mil e vinte e nove, tendo em conta que as Diretrizes Estratégicas vigoravam até dois mil e trinta, e que os resultados dessa avaliação permitiriam determinar se tinha ocorrido efetivamente um crescimento do setor e em que medida as Diretrizes Estratégicas tinham contribuído para esse crescimento. Salientou que os dados utilizados na avaliação intercalar correspondiam aos dados disponíveis até dois mil e vinte e três, existindo, por conseguinte, um desfasamento de aproximadamente dois anos relativamente ao momento da avaliação. Assim, considerou que, mesmo que o crescimento do setor já estivesse a ocorrer, seria ainda demasiado cedo para que este se refletisse de forma significativa nos dados estatísticos disponíveis. Como aspeto positivo, destacou que a avaliação tinha demonstrado que as Diretrizes Estratégicas proporcionavam um quadro claro e tinham mobilizado ações importantes, tanto ao nível da União Europeia como ao nível nacional. Contudo, tinha igualmente ficado demonstrado que, para que o impacto das medidas fosse mais significativo, seria necessário atribuir maior prioridade política ao setor da aquacultura e assegurar uma ação mais determinada por parte dos Estados-Membros. Explicou que a aquacultura

nem sempre figurava entre os temas prioritários das agendas políticas nacionais, sendo frequentemente integrada no setor primário, enquanto a agricultura tendia a ocupar uma posição mais proeminente nas prioridades políticas. Como exemplo positivo, referiu a França, que tinha identificado a aquacultura como um setor estratégico no respetivo plano nacional, situação que não se verificava na maioria dos restantes Estados-Membros. Referiu que, de uma forma geral, as estratégias nacionais revistas tinham sido alinhadas com as Diretrizes Estratégicas. Com base nessas estratégias e nas Diretrizes Estratégicas, também os programas do FEAMPA tinham sido alinhados, assegurando-se, assim, uma articulação entre os diferentes instrumentos, tanto ao nível europeu como ao nível nacional. Não obstante, salientou que os progressos alcançados nos diferentes domínios tinham sido desiguais entre os Estados-Membros e que a eficácia das ações implementadas permanecia, em geral, limitada pela persistência de barreiras estruturais. Entre estas barreiras, destacou o acesso ao espaço e à água, bem como a complexidade dos procedimentos de licenciamento. Referiu que as ações desenvolvidas até àquele momento não tinham conduzido a um aumento significativo do número de licenças concedidas nem do número de explorações aquícolas existentes na União Europeia. Considerou que esta situação tinha tido consequências sobre a capacidade de crescimento da produção, uma vez que as explorações existentes apresentavam limites de produção. Assim, enquanto não fosse possível aumentar de forma significativa o número de explorações ou a respetiva capacidade produtiva, seria difícil alcançar um crescimento substancial do setor aquícola. A Sra. Emilia Gargallo salientou igualmente que o relatório tinha destacado a importância das alterações climáticas e a necessidade de reforçar as medidas de adaptação do setor. Considerou que estas medidas ainda não se encontravam suficientemente estruturadas e que era necessário desenvolver uma resposta mais consistente a um problema que estava a afetar de forma crescente o setor da aquacultura. A este respeito, explicou que uma das possíveis recomendações passaria pela elaboração de planos específicos de adaptação às alterações climáticas para o setor da aquacultura, uma vez que a maioria dos Estados-Membros ainda não dispunha de instrumentos desta natureza. De seguida, apresentou as principais recomendações constantes do relatório de avaliação intercalar. Referiu que era necessário acelerar as reformas dos sistemas de licenciamento e de ordenamento do território à escala local; reequilibrar o financiamento, de forma a aumentar a produtividade; reforçar a atenção atribuída à saúde animal e à adaptação às alterações climáticas, enquanto aspetos fundamentais para assegurar a resiliência do setor a longo prazo; alargar a adoção de energias renováveis e de práticas associadas à economia circular; e reforçar a divulgação e a adoção dos documentos elaborados pela Comissão Europeia junto das autoridades competentes dos Estados-Membros e dos produtores aquícolas. Explicou que esta última recomendação decorria do facto de várias iniciativas desenvolvidas a nível europeu, nomeadamente documentos de boas práticas, seminários e projetos, não estarem a alcançar de forma suficiente os produtores, devido a limitações na sua divulgação e adoção. Por esse motivo, o relatório apelava aos Estados-Membros e aos Conselhos Consultivos para que reforçassem, sempre que possível e de forma adequada, a divulgação e a utilização desses instrumentos.

De seguida, abordou a estratégia relativa às algas e a iniciativa da União Europeia sobre as algas, considerando importante apresentar ao Grupo de trabalho uma visão geral das ações desenvolvidas nesta área. Referiu a existência da plataforma «EU4Algae», bem como a realização, de dois em dois anos, de cimeiras de sensibilização sobre as algas, salientando igualmente o esforço

desenvolvido para integrar as algas nas principais políticas da União Europeia.

Concluída esta apresentação, fez um resumo dos trabalhos desenvolvidos até àquele momento e passou a abordar as iniciativas previstas para os meses e anos seguintes. Informou que estava a ser elaborado um documento sobre o desempenho ambiental da aquacultura, cuja publicação estava prevista para abril de dois mil e vinte e seis, bem como outro documento sobre os benefícios ambientais da aquacultura, cuja publicação era esperada para o quarto trimestre de dois mil e vinte e seis. Referiu ainda que estavam a ser elaborados documentos sobre os predadores, sobre a captação de investimentos na aquacultura, sobre a integração das comunidades locais no desenvolvimento da aquacultura e sobre os desafios associados à produção de moluscos e bivalves. Relativamente ao documento sobre a captação de investimentos na aquacultura, explicou que este respondia, em certa medida, a uma das conclusões do relatório de avaliação intercalar, uma vez que se pretendia promover o crescimento e a produtividade do setor. Embora já existissem investimentos e fundos destinados à adaptação de inovações, à investigação e a outras áreas, o objetivo deste documento seria apresentar aos produtores formas de atrair investimentos que lhes permitissem aumentar a capacidade produtiva. Informou igualmente que seria publicado um estudo sobre a alimentação na aquacultura e as rações aquícolas, bem como um estudo sobre os custos da redução das emissões de gases com efeito de estufa na aquacultura da União Europeia e os caminhos para alcançar a neutralidade climática até dois mil e cinquenta. Este último estudo encontrava-se previsto para publicação no final daquele mês ou no início do mês seguinte. De seguida, referiu o Pacto Europeu para os Oceanos, salientando que várias das suas iniciativas poderiam contribuir, de forma direta ou indireta, para o desenvolvimento da aquacultura. Neste contexto, mencionou a iniciativa «Ocean», lançada durante os Dias Europeus do Oceano, relacionada com a monitorização do oceano e a recolha de dados. Informou igualmente que estava a ser desenvolvida a Lei dos Oceanos, cujo prazo para apresentação de provas tinha terminado em fevereiro daquele ano, e que esta iniciativa estava diretamente relacionada com a avaliação externa e a avaliação de impacto da Diretiva relativa ao Ordenamento do Espaço Marítimo. Referiu ainda que estava em curso uma revisão da Diretiva relativa à Estratégia Marinha, cujo prazo para apresentação de contributos tinha terminado recentemente, e que a Comissão Europeia estava também a trabalhar numa estratégia de investigação e inovação para os oceanos. Salientou que se encontrava igualmente aberta uma consulta sobre as comunidades costeiras e as ilhas, cujo prazo terminaria no final daquele mês, e cuja publicação estava prevista para junho de dois mil e vinte e seis. Explicou que, embora esta estratégia não abordasse especificamente as particularidades das regiões ultraperiféricas, uma vez que estava prevista uma estratégia própria para estas regiões, as regiões ultraperiféricas, enquanto zonas costeiras e ilhas da União Europeia, seriam abrangidas pela referida iniciativa. Informou ainda que estava a ser desenvolvida uma parceria para uma aquacultura sustentável na União Europeia, cuja criação estava prevista para a segunda metade de dois mil e vinte e seis, estando a primeira reunião prevista para o final desse ano. Explicou que esta parceria teria como objetivo reunir os principais intervenientes do setor, incluindo o setor financeiro, com vista ao desenvolvimento conjunto de projetos destinados a promover uma aquacultura sustentável. Referiu igualmente que, mais tarde, em dois mil e vinte e sete, estava prevista uma iniciativa de inovação no domínio da bioeconomia azul. Informou que estavam também a ser desenvolvidos objetivos relacionados com a produção de algas, trabalho que estava a ser realizado através da plataforma «EU4Algae». Acrescentou que, em dois mil e vinte e sete, seria realizada uma campanha sobre os alimentos aquáticos da União Europeia, a qual não se centraria exclusivamente na aquacultura, como tinha acontecido na campanha realizada no ano anterior, mas abrangeria tanto os produtos da pesca como os da aquacultura.

No que respeitava às avaliações em curso, informou que a avaliação intercalar do FEAMPA tinha sido publicada no dia quatro de março de dois mil e vinte e seis. Referiu ainda que estava a ser realizada uma avaliação da Política Comum das Pescas, cuja publicação estava prevista para maio de dois mil e vinte e seis, e que se aguardava também a avaliação do anterior Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e das Pescas. De seguida, apresentou alguns dos aspetos que considerava importante acompanhar de perto do ponto de vista do setor da aquacultura. Informou que, no âmbito da DGMARE, estava a ser desenvolvida a Visão dois mil e quarenta para a pesca e a aquacultura, encontrando-se o processo aberto à participação dos interessados. Referiu que o prazo para apresentação de contributos terminaria no dia vinte e quatro de março e incentivou os participantes a contribuírem para esta e para outras consultas promovidas pela Comissão Europeia, salientando que esta participação constituía uma forma de transmitir as preocupações, necessidades e realidades dos diferentes territórios às instituições europeias e aos responsáveis pela elaboração das respetivas políticas e comunicações. Informou que a adoção desta visão estava prevista para setembro e que a mesma seria acompanhada pelos resultados, pelo roteiro e pelo plano de ação relativos à transição energética da União Europeia nos setores da pesca e da aquacultura. Referiu ainda que, no dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis, seria realizado um diálogo sobre a implementação da aquacultura. Explicou que se trataria de uma reunião por convite, com uma representação específica do setor, dos Estados-Membros e de outros intervenientes, durante a qual seria debatida a forma como estava a decorrer a implementação das políticas e orientações no setor da aquacultura. Recordou que, em dois mil e vinte e quatro, tinha sido realizado um primeiro inquérito junto dos Estados-Membros, que tinha servido de base ao relatório intercalar sobre a implementação das Diretrizes Estratégicas. Salientou que o objetivo era que este inquérito passasse a ser realizado anualmente, permitindo acompanhar a evolução da situação no setor. Explicou que as perguntas seriam, em grande medida, mantidas, embora pudessem ser aperfeiçoadas ao longo do tempo, com o objetivo de assegurar a existência de indicadores comparáveis e acompanhar a evolução dos resultados de forma anual.

Neste sentido, seria realizado um novo inquérito junto dos Estados-Membros em dois mil e vinte e seis. Referiu igualmente a proposta relativa ao próximo quadro financeiro e destacou a importância da Visão dois mil e quarenta para uma pesca e uma aquacultura resilientes, competitivas e sustentáveis. Explicou que esta visão teria como objetivo definir o quadro e a orientação geral para os setores da pesca, da aquacultura e da transformação, abrangendo toda a cadeia de valor. A sua elaboração teria por base, entre outros elementos, a avaliação em curso da Política Comum das Pescas, o relatório relativo à transição energética e o relatório de avaliação intercalar da implementação das Diretrizes Estratégicas da União Europeia para a aquacultura. Salientou que esta iniciativa se encontrava alinhada com outras iniciativas fundamentais da Comissão Europeia, nomeadamente as relacionadas com a competitividade, o regulamento relativo à restauração da natureza, os debates sobre o Quadro Financeiro Plurianual e os esforços destinados ao alargamento da aplicação das políticas e à sua simplificação. Informou que, à data, estavam a decorrer reflexões internas sobre esta matéria, estando as discussões estruturadas em quatro eixos principais: a procura, a oferta, a mão de obra e as ferramentas atualmente disponíveis para os setores.

Por fim, voltou a salientar a importância do sítio eletrónico dedicado à aquacultura da União Europeia, considerando-o uma espécie de balcão único destinado à divulgação de informação e à facilitação da interação entre o público, os Estados-Membros e os diferentes intervenientes do setor. Referiu que se esperava igualmente um maior envolvimento dos Conselhos Consultivos e dos Estados-Membros na divulgação da informação disponibilizada, em conformidade com a recomendação

constante do relatório intercalar sobre a implementação das Diretrizes Estratégicas.

A Sra. Emilia Gargallo concluiu a sua intervenção agradecendo a atenção de todos os presentes e manifestando-se disponível para responder às questões que viessem a ser colocadas.

Perguntas e Respostas:

O Sr. François Herman (SYPAGUA) agradeceu à Sr.a Emilia Gargallo pela apresentação e referiu que o debate se encontrava aberto, estando as perguntas dos participantes à disposição. Antes de dar início às intervenções, considerou oportuno apresentar algumas observações preliminares. Começou por referir que a conclusão apresentada era, de certa forma, frustrante, uma vez que, a meio do período de implementação das Diretrizes Estratégicas, se constatava que a aquacultura europeia continuava a apresentar uma situação de estagnação. Considerou que, apesar das diretivas e das declarações de intenções existentes, estas continuavam, com demasiada frequência, a traduzir-se apenas em objetivos e intenções que não se materializavam em resultados concretos. Neste contexto, questionou se a Comissão Europeia tinha analisado as razões e os principais fatores que poderiam explicar a referida estagnação. Em particular, questionou se tinha sido considerada a questão da proteção dos produtos europeus num mercado globalizado. Salientou que, por um lado, era solicitado ao setor que aumentasse a produção, mas que, por outro, se colocava a questão de saber se produzir mais significava necessariamente conseguir vender mais e, em caso afirmativo, em que mercados. Referiu que a aquacultura europeia estava atualmente muito concentrada em mercados de nicho e em segmentos relativamente restritos, sobretudo associados a produtos frescos e a circuitos curtos. Como exemplo, mencionou a entrada nos mercados europeus de filetes de panga (*Pangasianodon hypophthalmus*) provenientes do Vietname, a preços de cerca de seis euros por quilograma, referindo que este tipo de produto era fornecido, em alguns casos, às cantinas escolares, nomeadamente para consumo pelas crianças. Considerou que esta situação evidenciava a existência de um problema relacionado com os preços e com os custos de produção da aquacultura europeia. Questionou, por isso, se estas questões estavam a ser devidamente consideradas pela Comissão Europeia. Sublinhou que o setor não era contrário à concorrência, mas defendeu que a Comissão Europeia deveria ter em consideração o facto de os produtores europeus não poderem competir em igualdade de condições com operadores sujeitos a regras de produção diferentes das existentes na União Europeia. A este propósito, referiu que estas situações sociais, ambientais e sanitárias justificavam uma reflexão e uma intervenção mais aprofundadas. Manifestou, neste âmbito, a sua preocupação pelo facto de não sentir, por parte da Comissão Europeia, uma tomada de consciência suficientemente clara ou um debate significativo sobre esta matéria. De seguida, abordou a questão da simplificação administrativa, salientando que o setor ouvia falar de simplificação há cerca de quinze anos, mas que, no terreno, a realidade continuava a ser marcada por uma crescente complexidade dos procedimentos. Referiu que, apesar de os Estados-Membros demonstrarem atenção relativamente às necessidades e às reivindicações do setor no que respeitava à simplificação, não eram ainda visíveis evoluções suficientemente concretas e convincentes. A título de exemplo, apresentou a situação existente em França, onde os produtores estavam sujeitos a determinados limiares no âmbito das instalações classificadas para a proteção do ambiente, os quais condicionavam a capacidade de produção. Explicou que, até às vinte toneladas anuais, as explorações estavam abrangidas por um regime de declaração relativamente simples, enquanto, acima desse limite, era necessária uma autorização, implicando a realização de estudos de impacto. Referindo-se à sua própria experiência, explicou que a empresa que representava tinha passado por esse procedimento, o qual tinha tido uma duração de vinte e oito meses. Na sequência

desse processo, tinha sido obtida autorização para aumentar a produção de vinte toneladas para cem toneladas anuais. Salientou, contudo, que, quando a produção ultrapassasse as cem toneladas, seria necessário repetir todo o procedimento. Acrescentou que o processo realizado tinha representado um custo de cerca de quarenta mil euros para uma pequena empresa, considerando que se tratava de um encargo significativo. Manifestou, assim, a sua frustração perante a ausência de resultados concretos no domínio da simplificação. Referiu que, cinco anos antes, a França tinha tomado uma decisão, no âmbito de um comité interministerial, com o objetivo de aumentar precisamente para cem toneladas o limiar a partir do qual seria necessária uma autorização no âmbito das instalações classificadas para a proteção do ambiente. Contudo, salientou que, cinco anos depois, ainda não existia qualquer projeto concreto de lei ou de decreto de aplicação que desse execução a essa decisão. Considerou preocupante que estas decisões políticas não se traduzissem posteriormente em alterações efetivas da regulamentação aplicável ao setor. Sublinhou que, na prática, os produtores não sentiam qualquer simplificação significativa, apesar dos discursos e das declarações de intenção nesse sentido. Defendeu, por isso, que não seria suficiente manter um discurso otimista sobre a simplificação, sendo necessário que esta se traduzisse em ações concretas e efetivas. Manifestou receio de que, perante a atual situação e a persistência da inércia, o setor continuasse a estagnar e que, no futuro, o principal desafio passasse inclusivamente por evitar uma regressão.

Por fim, questionou a Sra. Emilia Gargallo sobre se, no âmbito da avaliação intercalar realizada pela Comissão Europeia, tinham sido identificadas diferenças entre a evolução da aquacultura marinha e a da aquacultura continental de água doce. Questionou, em particular, se a situação de estagnação era semelhante nos dois segmentos ou se algum deles apresentava uma evolução mais dinâmica.

Concluiu a sua intervenção agradecendo a atenção dispensada e referindo que, caso fossem apresentadas algumas respostas iniciais às questões colocadas, passaria posteriormente a palavra aos restantes membros da Assembleia e do Grupo de trabalho, para que pudessem também participar no debate.

O Sr. Jean-Michel Cotrebil (*Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique*) agradeceu à Sra. Emilia Gargallo pela apresentação e considerou que a informação apresentada tinha sido muito útil, embora permanecessem algumas questões que gostaria de colocar. Começou por questionar a razão pela qual não tinha sido criada anteriormente uma plataforma dedicada à aquacultura, tendo em conta a existência atual da plataforma apresentada pela Sra. Emilia Gargallo. Referiu que já tinha consultado a plataforma e considerou que esta se encontrava bem organizada, clara e estruturada. Apresentou a situação específica da *Martinica*, onde existiam seis explorações aquícolas. Sublinhou que o modelo de aquacultura sustentável estava diretamente associado às pessoas que desenvolviam a atividade, destacando o papel das mulheres e dos homens que trabalhavam no setor. No âmbito da segurança e da autossuficiência alimentar, salientou que a aquacultura na *Martinica* não entrava em conflito com a atividade da pesca, constituindo, pelo contrário, uma atividade complementar e uma contribuição importante para o abastecimento alimentar do território. Referiu que uma das principais preocupações no território da *Martinica* estava relacionada com o impacto das chegadas em massa de algas sargaço, fenómeno que afetava particularmente os territórios das Caraíbas. Considerou que, ao nível da União Europeia, poderia não existir ainda uma perceção suficientemente clara da dimensão e das consequências deste fenómeno. Neste contexto, questionou a adequação dos apoios atualmente disponíveis, salientando que os apoios mínimos, na ordem dos trinta mil euros, eram manifestamente insuficientes quando uma exploração perdia, por exemplo, um estoque de dez toneladas de peixe. Considerou que, perante uma perda desta dimensão, a exploração poderia ficar

inviabilizada. Salientou que, para relançar uma exploração, não bastava assegurar o financiamento direto, sendo também necessário realizar estudos de impacto ambiental, os quais representavam custos muito elevados. Reiterou, por isso, o pedido para que a Comissão Europeia assumisse uma iniciativa mais concreta relativamente a estas questões e analisasse formas de simplificar e apoiar os procedimentos associados aos impactos ambientais. Referiu ainda que, embora fosse necessário ter em consideração os impactos ambientais decorrentes da atividade aquícola, nomeadamente os resultantes dos resíduos orgânicos e dos efluentes produzidos pelos peixes, também seria necessário encontrar soluções proporcionais que permitissem o desenvolvimento do setor. A este propósito, questionou a forma como seria possível alcançar uma capacidade de produção de cem toneladas anuais num contexto em que os produtores continuavam sujeitos a diversos constrangimentos administrativos e ambientais. Informou que, perante estas dificuldades, os seis aquicultores da Martinica tinham proposto a criação de um agrupamento que permitisse apresentar um dossiê conjunto a nível europeu, com o objetivo de facilitar o acesso à produção e alcançar uma maior capacidade produtiva. Referiu igualmente a existência de dificuldades relacionadas com os fatores de produção e com o custo dos principais insumos utilizados na atividade aquícola. Salientou que os produtores da *Martinica* tinham sido claros quanto ao facto de os custos serem demasiado elevados e que, por esse motivo, procuravam encontrar formas de facilitar a entrada de insumos a custos mais reduzidos nas regiões ultraperiféricas. Considerou que esta questão era particularmente relevante, tendo em conta as especificidades dos territórios ultraperiféricos e as dificuldades de acesso a determinados produtos e fatores de produção. Explicou que, em consequência destes constrangimentos, os produtores conseguiam, em determinadas situações, realizar apenas um ou dois ciclos de produção por ano. Mencionou ainda a situação vivida na *Martinica*, onde as condições meteorológicas adversas, nomeadamente os períodos de chuva intensa, dificultavam a atividade da pesca, fazendo com que a aquacultura assumisse um papel importante no abastecimento do mercado. De seguida, referiu a experiência da empresa Aquanaria, que tinha sido visitada por representantes da *Martinica*, considerando-a um exemplo particularmente positivo. Salientou que, após cerca de doze anos de desenvolvimento, aquela exploração tinha conseguido encontrar um modelo de produção que considerava muito bem-sucedido e que poderia constituir uma referência para os territórios ultraperiféricos. Considerou, por isso, que a plataforma europeia de aquacultura deveria ser utilizada não apenas como instrumento de informação, mas também como meio de divulgação de experiências concretas e de boas práticas, permitindo aos produtores dos diferentes territórios conhecerem soluções que tinham funcionado noutros locais e avaliar a sua possível adaptação às respetivas realidades. Referiu que esta partilha de experiências poderia igualmente contribuir para o desenvolvimento de sistemas de certificação, à semelhança de iniciativas já desenvolvidas por algumas entidades, permitindo reforçar a competitividade dos produtores europeus e valorizar os seus produtos. A este respeito, retomou a questão anteriormente colocada pelo Sr. François Herman sobre a concorrência internacional, considerando que a situação era particularmente difícil para os produtores europeus, uma vez que estes estavam sujeitos a exigências regulamentares e ambientais muito rigorosas. Salientou que as normas de higiene e segurança alimentar aplicáveis na União Europeia eram muito exigentes e que os produtores tinham de assegurar o seu cumprimento, enquanto produtos provenientes de países terceiros podiam chegar ao mercado europeu em condições de concorrência que considerava desiguais. Utilizou, a título ilustrativo, a questão da apresentação dos produtos alimentares destinados às crianças, referindo que, na *Martinica*, as crianças chegavam a representar graficamente o peixe de forma quadrada, em referência à apresentação de determinados produtos processados, apesar de o peixe, na sua forma natural, possuir cabeça e cauda.

Considerou que este exemplo evidenciava a distância que por vezes existia entre o produto aquícola produzido localmente e os produtos importados disponibilizados no mercado. De seguida, retomou a questão do financiamento e salientou que tinha considerado particularmente importante a informação apresentada pela Sra. Emilia Gargallo relativamente à existência de outras fontes de financiamento para além do FEAMPA. Referiu que desconhecia que os Estados-Membros poderiam utilizar fundos próprios para apoiar o setor da aquacultura e considerou fundamental que esta informação fosse devidamente comunicada aos produtores e aos responsáveis políticos das regiões ultraperiféricas. Salientou que, ao nível político, esta possibilidade de financiamento não era habitualmente divulgada, pelo que existia um desconhecimento significativo sobre as oportunidades disponíveis. Referiu que, na sequência da informação recebida durante a reunião, tinha tomado nota da questão e que, quando regressasse à *Martinica*, pretendia promover uma reunião com os responsáveis do setor e com os representantes políticos, tendo em vista analisar a possibilidade de mobilização destas fontes de financiamento. Mencionou ainda a intervenção da Sra. Charlina Vitcheva, que tinha destacado de forma clara a existência de fundos disponíveis para o desenvolvimento da aquacultura, salientando que seria necessário identificar esses fundos e trabalhar no sentido de lhes ter acesso. Acrescentou que ainda necessitava de analisar mais detalhadamente os instrumentos disponíveis e manifestou interesse em obter esclarecimentos adicionais sobre o plano de adaptação às alterações climáticas aplicado ao setor da aquacultura. Neste âmbito, demonstrou particular preocupação com os efeitos das alterações climáticas na *Martinica*, salientando que as temperaturas estavam a aumentar e que este fenómeno tinha consequências diretas sobre a atividade aquícola. De seguida, voltou a abordar a problemática das algas sargaço, reconhecendo que se tratava de uma questão que já tinha referido anteriormente, mas que considerava de tal importância para o território que justificava ser novamente salientada. Explicou que, perante chegadas em massa de sargaço, era extremamente complexo deslocar uma exploração aquícola. Nestas circunstâncias, os produtores eram obrigados a solicitar autorizações temporárias à Direção do Mar, as quais nem sempre eram facilmente concedidas. Considerou que esta dificuldade acabava por provocar perdas significativas de peixe e que esta situação já não era aceitável, defendendo a necessidade de maior flexibilidade administrativa para permitir a deslocação temporária das explorações sempre que as condições ambientais o justificassem. A este respeito, referiu a possibilidade de flexibilizar as Autorizações de Ocupação Temporária (AOT), aplicáveis aos aquicultores das Antilhas, considerando que uma maior flexibilidade permitiria proteger melhor as explorações e reduzir os impactos provocados pelas chegadas de sargaço. Acrescentou que esta flexibilidade poderia também contribuir para melhorar a proteção das explorações contra situações de furto, referindo que os roubos constituíam igualmente um problema significativo para os aquicultores da *Martinica* e que as explorações e os produtores sofriam consequências consideráveis com estas ocorrências.

Por fim, voltou a mencionar a experiência observada na Aquanaria, considerando que o modelo aí desenvolvido constituía uma referência que poderia ser adaptada e reproduzida noutras regiões. Manifestou-se disponível para, caso fosse considerado útil, colaborar na organização de uma visita técnica ou no envio de uma equipa àquela exploração, com o objetivo de conhecer mais aprofundadamente o modelo implementado e avaliar a possibilidade de reproduzir algumas das suas soluções nas regiões ultraperiféricas.

O Sr. François Herman retomou a palavra e referiu que, no âmbito da discussão sobre a aquacultura sustentável, uma das recomendações apontadas para o futuro consistia também no desenvolvimento da produção com recurso a espécies nativas. Salientou que, na Europa continental,

esta questão assumia contornos diferentes, uma vez que a piscicultura marinha se baseava sobretudo na criação de espécies como a perca-branca e a dourada e, em alguns casos, o salmão, espécies que, em determinadas regiões, existiam naturalmente e eram consideradas nativas. Explicou que, nas regiões ultraperiféricas, o desenvolvimento da aquacultura tinha ocorrido, em grande medida, com base na introdução de espécies consideradas exóticas. Embora esta prática fosse atualmente aceite, considerou que, no futuro, seria necessário desenvolver a capacidade de produção de espécies nativas. Neste contexto, salientou que não seria possível perspetivar o futuro da aquacultura sustentável a longo prazo sem assegurar o domínio das técnicas de reprodução e de criação de espécies nativas. Referiu que o domínio completo do ciclo de produção de uma nova espécie poderia exigir entre oito e quinze anos de investigação e desenvolvimento. Mencionou, como exemplo positivo, a experiência observada nas *Canárias*, que considerou particularmente bem-sucedida. Explicou que o sucesso daquele modelo resultava da existência, desde o início, de um verdadeiro plano de desenvolvimento e de uma política proativa, apoiada pelo Governo das *Canárias* e por investidores, bem como da existência de uma universidade e de um centro de investigação de nível internacional. Em contrapartida, referiu que, nas instalações francesas, já não existiam meios suficientes especificamente dedicados à investigação em aquacultura. Considerou que esta situação deixava as regiões das Caraíbas numa posição particularmente vulnerável. Referiu, a este propósito, que a estação de investigação que apoiava o setor iria encerrar, bem como o laboratório Aquacol, salientando que se tratava de uma das poucas unidades dedicadas à investigação aquícola na região. Perante este cenário, questionou quais seriam as possibilidades de desenvolvimento do setor no futuro, referindo que os produtores poderiam ser obrigados a procurar apoio e conhecimento fora da União Europeia, nomeadamente nos Estados Unidos da América. Informou, a este propósito, que tinha sido convidado para participar num seminário em Porto Rico na semana seguinte e que pretendia aproveitar essa oportunidade para estabelecer contactos e procurar novas possibilidades de cooperação. Salientou que existia, assim, uma contradição entre, por um lado, as orientações que apelavam ao desenvolvimento da aquacultura sustentável, à utilização de espécies nativas e ao aumento da produção e, por outro, a redução dos meios disponíveis para apoiar a investigação e o desenvolvimento necessários para concretizar esses objetivos. Acrescentou que esta situação era agravada pelas dificuldades existentes no acesso aos mercados, considerando que não estavam a ser criadas condições suficientemente favoráveis para que os produtores pudessem desenvolver e comercializar a sua produção. Concluiu a sua intervenção solicitando à Sra. Emilia Gargallo que comentasse as questões e preocupações apresentadas, manifestando interesse em conhecer a posição da Comissão Europeia relativamente aos desafios identificados.

A Sra. Emilia Gargallo agradeceu aos participantes por terem partilhado as suas preocupações e as realidades específicas dos respetivos territórios. Referiu que toda a informação apresentada durante o debate seria transmitida aos diferentes colegas responsáveis pelas áreas abordadas, considerando-a particularmente relevante para o desenvolvimento da Visão dois mil e quarenta, anteriormente apresentada, bem como para a definição da forma como a aquacultura deveria evoluir no futuro. Relativamente à questão da estagnação do setor da aquacultura, colocada pelo Sr. François Herman, reconheceu que os dados disponíveis demonstravam efetivamente que o setor continuava estagnado. Referiu que as principais razões para esta situação eram, em grande medida, conhecidas desde dois mil e treze e que, embora existissem vários fatores, poderiam ser resumidas em dois grandes obstáculos: a complexidade do quadro administrativo e jurídico nos Estados-Membros, sobretudo no que respeitava aos procedimentos de licenciamento e concessão, e o acesso ao espaço, quer marítimo, quer físico e à

água, no caso da aquacultura marinha e da aquacultura continental. Explicou que, ao nível da União Europeia, não existiam competências exclusivas para regulamentar estas matérias, uma vez que estas questões eram essencialmente reguladas a nível nacional. Sublinhou, contudo, que se tratava de um problema comum aos Estados-Membros e, de forma mais abrangente, a vários países a nível mundial. Referiu que países com objetivos e características semelhantes às da União Europeia, como o Reino Unido, a Noruega e os Estados Unidos da América, também enfrentavam sistemas complexos de licenciamento e concessão. Do ponto de vista da União Europeia, explicou que a Comissão Europeia tinha procurado responder a estes desafios através da elaboração de orientações relativas ao acesso ao espaço e à simplificação do quadro jurídico e administrativo. Estas orientações apresentavam soluções específicas para problemas concretos, baseadas em boas práticas desenvolvidas noutros Estados-Membros. Como exemplo, referiu que uma das recomendações constantes das orientações consistia na existência de uma legislação nacional única e específica para a aquacultura. Salientou que esta situação ainda não se verificava em todos os Estados-Membros, mas que países como a Croácia tinham desenvolvido recentemente uma legislação própria para a aquacultura, contribuindo para uma maior clareza do quadro jurídico aplicável. Mencionou igualmente alguns exemplos de boas práticas na área da simplificação administrativa, nomeadamente em Portugal, onde a existência de uma plataforma digital para a gestão dos procedimentos relacionados com o espaço marítimo tinha permitido melhorar e agilizar os processos de licenciamento. Relativamente às alterações climáticas, recordou que a Comissão Europeia tinha elaborado um guia específico sobre a adaptação da aquacultura às alterações climáticas, no qual eram apresentadas soluções e recomendações destinadas aos Estados-Membros e aos produtores. Explicou que, no âmbito da Política Comum das Pescas, nomeadamente ao abrigo do artigo trinta e quatro, a Comissão Europeia tinha competência para formular recomendações e fornecer orientações resultantes da colaboração com os Estados-Membros e do intercâmbio com o Conselho Consultivo para a Aquacultura. Salientou que estas orientações eram aplicáveis em todo o território da União Europeia, incluindo as regiões ultraperiféricas. Neste contexto, convidou os participantes a consultar o guia sobre a adaptação da aquacultura às alterações climáticas, bem como a formação em linha que acompanhava o documento, considerando que esta formação permitiria uma melhor compreensão da informação e das recomendações nele contidas. No que respeitava à complexidade da legislação ambiental, reconheceu que esta não constituía uma preocupação exclusiva do setor da aquacultura, uma vez que também a agricultura e a pesca tinham manifestado preocupações semelhantes. Informou que, por parte da Direção-Geral do Ambiente, tinham sido desenvolvidas e publicadas diversas iniciativas destinadas à simplificação dos procedimentos. Contudo, explicou que muitas das normas ambientais assumiam a forma de diretivas, as quais não eram diretamente aplicáveis nos Estados-Membros, sendo necessário proceder à sua transposição para a legislação nacional. Salientou que esta transposição nem sempre tinha sido realizada de forma simples, quer para os produtores, quer para as próprias administrações nacionais responsáveis pela aplicação das normas. Considerou que esta situação tinha acrescentado uma camada adicional de complexidade aos procedimentos de avaliação das atividades, de concessão de licenças e de acompanhamento da produção aquícola. Relativamente à questão do financiamento, referiu que muitos dos temas abordados durante o debate já tinham sido objeto de iniciativas da Comissão Europeia, através das quais tinham sido procuradas soluções ou, pelo menos, fornecidas orientações e recomendações destinadas a melhorar as condições existentes. A este propósito, voltou a destacar a existência de documentos que demonstravam que estavam disponíveis mais recursos financeiros para a aquacultura do que aqueles provenientes exclusivamente do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquacultura.

Convidou os participantes a consultar os documentos disponibilizados pela Comissão Europeia e referiu que, quando fosse publicado o documento especificamente dedicado à forma como os produtores poderiam atrair mais investimento para a aquacultura, se esperava que este constituísse uma ferramenta útil para apoiar a preparação e apresentação de projetos de investimento. Relativamente à problemática das algas sargaço, esclareceu que a Comissão Europeia estava consciente da dimensão do problema que afetava as regiões das Caraíbas e que a localização em Bruxelas não significava desconhecimento da realidade vivida nesses territórios. Referiu que estavam a ser desenvolvidos estudos e trabalhos de investigação destinados a identificar possíveis soluções para o problema das algas sargaço. Contudo, explicou que esta matéria não era diretamente acompanhada pela unidade responsável pela aquacultura, uma vez que o fenómeno afetava não apenas este setor, mas também outras atividades e áreas. Comprometeu-se, por isso, a verificar o estado dos trabalhos desenvolvidos a nível europeu relativamente às possíveis soluções para o problema das algas sargaço e a transmitir posteriormente a informação disponível.

Abordou a questão da competitividade e explicou que uma das razões pelas quais a Comissão Europeia pretendia aumentar a produtividade da aquacultura da União Europeia consistia na necessidade de reduzir a dependência das importações. Salientou que esta dependência não era exclusiva das regiões ultraperiféricas, verificando-se igualmente em toda a União Europeia. Considerou que, através do aumento da produtividade dos produtos aquícolas europeus, não seria possível eliminar totalmente as importações, mas seria possível reduzir a dependência existente relativamente aos produtos provenientes de países terceiros. Relativamente à questão da concorrência em condições desiguais, nomeadamente devido ao facto de os produtos importados poderem ser produzidos segundo normas ambientais diferentes das aplicáveis aos produtores europeus, reconheceu que se tratava de uma preocupação relevante. Informou que esta matéria seria também abordada no âmbito da estratégia relativa à dimensão internacional da pesca, cuja publicação estava prevista para setembro ou outubro. Explicou que esta estratégia iria analisar a forma como a União Europeia deveria atuar no contexto do comércio internacional. Salientou, contudo, que esta não constituía uma questão exclusiva da aquacultura, afetando de forma mais abrangente os produtores do setor primário, pelo que a Comissão Europeia tinha plena consciência da sua relevância.

Considerou importante reconhecer que os consumidores estavam cada vez mais conscientes das questões relacionadas com a sustentabilidade e procuravam produtos produzidos de forma sustentável. Considerou que esta tendência constituía uma vantagem competitiva para os produtos da aquacultura da União Europeia face aos produtos importados. Referiu que os produtos que apresentavam claramente a sua origem, que dispunham de certificações ou que eram devidamente rotulados como provenientes da União Europeia tendiam a ser mais valorizados pelos consumidores no momento da decisão de compra. Relativamente à questão das espécies nativas, levantada pelo Sr. François Herman, reconheceu que esta constituía um desafio particularmente relevante para as regiões ultraperiféricas, mas salientou que não era uma questão exclusiva desses territórios. Como exemplo, referiu a situação das ostras europeias, cuja produção tinha diminuído na sequência da introdução de outras espécies. Considerou, por isso, que a questão das espécies nativas constituía igualmente uma área que a Comissão Europeia pretendia promover e valorizar. Salientou, contudo, que o desenvolvimento de espécies nativas deveria também ter em consideração a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas. Considerou necessário reforçar a investigação nesta área, de modo a identificar e desenvolver espécies nativas com maior resiliência às alterações climáticas.

Por fim, a Sra. Emilia Gargallo reconheceu que a quantidade de informação disponibilizada

pela Comissão Europeia poderia ser difícil de assimilar e referiu que, por esse motivo, tinham sido desenvolvidas formações e cursos de aprendizagem em linha associados aos diferentes guias e documentos. Salientou que a informação disponibilizada não se baseava apenas em conteúdos de natureza teórica ou narrativa, mas incluía também casos práticos e experiências reais, que se esperava que pudessem servir de inspiração aos produtores e aos Estados-Membros. Convidou, novamente, os participantes a consultar os guias e documentos disponíveis no sítio eletrónico dedicado à aquacultura da União Europeia, considerando que estes poderiam conter informação útil para responder aos desafios que estavam a ser enfrentados, nomeadamente nas regiões ultraperiféricas.

O Sr. François Herman agradeceu à Sra. Emilia Gargallo e acrescentou algumas considerações relativamente à questão do comércio internacional. Salientou que, embora tivesse sido referida a regulamentação ambiental aplicável aos produtos importados, considerava igualmente fundamental que a União Europeia tivesse em consideração a dimensão social associada à produção e ao comércio internacional. A título de exemplo, apresentou a situação da cadeia de produção de camarão de água doce das Antilhas, que tinha desaparecido na sequência de problemas relacionados com a poluição dos solos. Referiu que, mesmo que fosse possível retomar essa produção, os produtores das Antilhas enfrentariam atualmente enormes dificuldades para comercializar o produto, devido à concorrência de importações provenientes de países terceiros, nomeadamente do Bangladesh. Explicou que, naquele país, os custos laborais eram significativamente inferiores, referindo que um trabalhador poderia receber entre um e um euro e cinquenta cêntimos por dia, o que permitia que os produtos fossem colocados no mercado europeu a preços situados entre três e quatro euros por quilograma. Referiu que era, provavelmente, o último produtor de camarão de água doce das Antilhas e que o seu custo de produção ultrapassava os vinte euros por quilograma. Questionou, por isso, de que forma poderia competir com produtos importados comercializados a preços tão inferiores. Considerou que esta situação poderia ser extrapolada para outras espécies e atividades aquícolas anteriormente mencionadas, salientando que, para que os produtores das regiões ultraperiféricas pudessem ultrapassar os atuais mercados de nicho e alcançar mercados de maior dimensão, seria necessário reduzir as disparidades de competitividade existentes.

Defendeu que a União Europeia deveria elevar o nível de exigência relativamente às certificações atribuídas aos produtores e exportadores de países terceiros que pretendiam comercializar os seus produtos no mercado europeu, garantindo que estes cumprissem requisitos mais próximos dos aplicáveis aos produtores europeus. Salientou que não seria possível manter uma situação em que produtos provenientes de países terceiros entrassem no mercado europeu sem estarem sujeitos a requisitos comparáveis aos impostos aos produtores da União Europeia. Considerou que esta questão era essencial para garantir condições de concorrência mais equilibradas. Acrescentou que, enquanto os mercados europeus não se abrissem a preços que permitissem aos produtores europeus manter uma atividade economicamente viável, o simples aumento da produção não permitiria resolver o problema. Questionou, neste contexto, de que serviria produzir mais se os produtores fossem obrigados a reduzir os preços para níveis que deixassem de garantir a rentabilidade das suas explorações.

Concluiu referindo que os produtores das regiões ultraperiféricas continuavam a operar sobretudo em mercados de nicho porque não conseguiam competir no mercado de massas, devido às diferenças existentes em termos de custos e condições de produção. Considerou que estas diferenças já não deveriam ser entendidas apenas como disparidades, mas como verdadeiras distorções de concorrência. Por fim, reiterou que, caso a União Europeia não abordasse de forma mais aprofundada estas questões no âmbito da sua política comercial e das regras aplicáveis às importações, seria muito

difícil assegurar o desenvolvimento e a competitividade da aquacultura das regiões ultraperiféricas.

O Sr. Jean-Michel Cotrebil agradeceu à Sr.a Emilia Gargallo pela apresentação e referiu que, atendendo ao tempo disponível, seria necessário dar continuidade aos trabalhos. Sugeriu que o Sr. François Herman pudesse abordar posteriormente, em conjunto com a Sra. Emilia Gargallo, algumas das questões relacionadas com a aquacultura, salientando que os grupos de trabalho teriam interesse em aprofundar esta temática.

Resumo:

Concluiu-se que a aquacultura da União Europeia continua a enfrentar uma situação de estagnação, condicionada sobretudo pela complexidade dos procedimentos administrativos, pelo acesso ao espaço e à água e pelas dificuldades de competitividade face aos produtos importados. Foi destacada a necessidade de reforçar o financiamento, a inovação, a investigação e a adaptação às alterações climáticas, com especial atenção às regiões ultraperiféricas. Salientou-se ainda a importância do desenvolvimento de espécies nativas, da simplificação do licenciamento e da valorização dos produtos europeus. A Comissão Europeia reconheceu os desafios apresentados e indicou que estes serão considerados na futura Visão 2040 para a pesca e a aquacultura, visando promover um setor mais competitivo, resiliente e sustentável.

4. Debate para Recomendar sobre a transição energética na aquicultura e suas implicações para a sustentabilidade e eficiência do setor – Recomendação n.º 5 do Plano de Trabalho 2025/26);

A Secretária-Geral informou que seria iniciada uma discussão entre os membros com o objetivo de recolher contributos e informação que permitissem a elaboração de uma recomendação sobre a transição energética na aquicultura e as suas implicações para a sustentabilidade e a eficiência do setor. Esclareceu que esta matéria correspondia à recomendação número cinco do plano de trabalho e que constituía uma recomendação obrigatória, pelo que seria necessário que os membros procedessem à sua discussão e apresentassem os respetivos contributos. Salientou que a participação da Sra. Emilia Gargallo seria muito bem-vinda no debate, considerando que os seus contributos poderiam ser relevantes para o desenvolvimento dos trabalhos. Contudo, reforçou que era necessário recolher informação junto dos membros e dos representantes dos Estados-Membros, de modo a permitir a elaboração de uma recomendação dirigida à Comissão Europeia. Solicitou, assim, que os membros aproveitassem os minutos disponíveis para proceder a uma troca de informações e apresentar os principais contributos e preocupações relacionados com a transição energética na aquicultura, tendo em vista a preparação da referida recomendação.

O Sr. François Herman, relativamente aos aspetos energéticos, referiu que, ao analisar o balanço energético das produções aquícolas, se verificava uma diferença significativa face ao setor da pesca, nomeadamente no que respeitava ao consumo de combustíveis fósseis. Explicou que, na aquicultura, os deslocamentos se limitavam, em grande medida, às viagens entre as bases terrestres e as explorações marinhas, pelo que o consumo de combustível por quilograma de produto produzido era, segundo a sua estimativa, cerca de cem vezes inferior ao registado no setor da pesca. Considerou, por esse motivo, que a aquicultura não era particularmente afetada pela necessidade de reduzir o consumo de combustíveis fósseis associado às deslocações. Contudo, defendeu que este desempenho energético e, em particular, os balanços de carbono da aquicultura deveriam ser devidamente valorizados, caso demonstrassem resultados positivos. Neste contexto, propôs que a União Europeia

apoiasse os produtores na realização dos respetivos balanços de carbono, considerando que esta informação poderia constituir uma vantagem competitiva para os produtos aquícolas nos mercados europeus e regionais. Salientou que, atualmente, a obtenção de certificações relacionadas com a pegada de carbono continuava a ser um processo complexo e dispendioso, pelo que o apoio à realização destas avaliações poderia constituir uma medida relevante no âmbito da transição energética. De seguida, referiu que a produção aquícola poderia ser claramente dividida em duas fases distintas: a fase de incubação, que compreendia a produção de alevins a partir de ovos, e a fase de engorda. Explicou que, durante a fase de engorda, o consumo direto de energia proveniente de combustíveis fósseis era relativamente reduzido. Em contrapartida, considerou que existia um maior potencial de utilização de energias renováveis durante a fase de incubação. A este respeito, salientou que muitas das instalações de incubação dispunham de coberturas de grande dimensão e que as regiões ultraperiféricas apresentavam condições particularmente favoráveis à produção de energia solar, devido aos elevados níveis de exposição solar. Considerou que poderia ser incentivada a instalação de sistemas de produção de energia solar nas instalações de incubação e nos viveiros, contribuindo para a transição energética do setor e para a redução dos custos energéticos.

Por último, identificou como uma das principais fontes de consumo energético indireto da atividade aquícola o transporte associado à importação dos fatores de produção, nomeadamente das rações destinadas à alimentação dos peixes. Considerou que a redução desta dependência poderia passar pela promoção da produção local de alimentos e rações para aquacultura nas próprias regiões ultraperiféricas. Salientou que esta solução permitiria não apenas reduzir os consumos energéticos associados ao transporte e à importação de fatores de produção, mas também criar valor acrescentado nos territórios, reduzir a dependência do exterior e aumentar a resiliência das regiões face a fatores externos.

Concluiu a sua intervenção referindo que estas constituíam as principais considerações que tinha a apresentar sobre a matéria e manifestou-se disponível para receber outras sugestões, recomendações ou contributos dos restantes membros.

O Sr. Louis Montperrus (*Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Marins*) considerou que as informações apresentadas no âmbito da discussão eram pertinentes, tanto para o setor da aquacultura como para a abordagem da transição energética. Salientou que seria importante valorizar os pontos fortes da aquacultura, nomeadamente no que respeitava ao reduzido consumo de combustíveis associado à atividade, em comparação com outras atividades do setor marítimo. Abordou a questão dos fatores de produção, considerando que esta constituía uma matéria particularmente complexa e na qual existia ainda um trabalho significativo a desenvolver. Referiu que uma parte considerável dos fatores de produção utilizados na aquacultura estava igualmente relacionada com a atividade da pesca artesanal, pelo que, neste domínio, existiam pontos de contacto e desafios comuns entre os dois setores. Considerou, assim, que seria necessário analisar de que forma poderiam ser melhorados e tornados mais sustentáveis os fatores de produção utilizados na aquacultura, nomeadamente através da promoção de soluções e adaptações de carácter local ou da identificação de novas alternativas e fontes de abastecimento. Concluiu referindo que existia ainda um trabalho significativo a desenvolver nesta matéria, considerando-a uma área relevante para o reforço da sustentabilidade e da eficiência do setor aquícola.

O Sr. François Herman agradeceu os comentários apresentados e questionou os restantes membros sobre a existência de outros contributos. Na ausência de novas intervenções, sugeriu que a recomendação fosse estruturada com base nos principais pontos que tinha anteriormente apresentado,

nomeadamente no que respeitava à valorização do desempenho energético da aquacultura, à promoção das energias renováveis e à redução da dependência de fatores de produção provenientes do exterior.

Ponto de situação:

Foi debatida a insuficiência dos atuais auxílios «de minimis» para responder às especificidades das empresas aquícolas das RUP, nomeadamente perante catástrofes naturais, riscos climáticos e dificuldades de seguro da produção. Foi salientada a necessidade de reforçar e adaptar os mecanismos de apoio ao setor, tendo em conta as particularidades da aquacultura. Os participantes manifestaram apoio à elaboração de uma recomendação conjunta, em articulação com o AAC e, quando aplicável, com o MAC. Ficou prevista a recolha de informação sobre os apoios existentes nas RUP de França e Espanha, cabendo ao Sr. François Herman preparar um primeiro projeto de recomendação.

5. Debater, em conjunto com o Conselho Consultivo para os Mercado (MAC) e o Conselho Consultivo para a Aquicultura (AAC), a autorização de auxílio estatal para produtos aquícolas pela Comissão Europeia, em conformidade com o artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), no que diz respeito aos setores de produção, transformação e comercialização nas RUPs, a fim de mitigar as restrições específicas destas regiões, resultantes do seu isolamento, insularidade ou ultraperiferia, em conformidade com o artigo 10.º do FEAMPA – François Herman (CCRUP), Pedro Santos (MAC) e Brian Thomsen (AAC);

O Sr. François Herman cumprimentou novamente os participantes e deu as boas-vindas ao Sr. Pedro Santos e à Sra. Cynthia Benites, agradecendo a sua participação no debate. Referiu que a discussão teria como objetivo abordar a questão dos auxílios estatais e, em particular, das autorizações concedidas pela Comissão Europeia relativamente aos auxílios destinados aos produtos aquícolas. Esclareceu que a discussão incidia, designadamente, sobre os auxílios de minimis. Considerou que existia um entendimento generalizado quanto à necessidade de analisar esta matéria e salientou que, na sua perspetiva, os atuais limites dos auxílios de minimis não eram adequados às especificidades e às necessidades das empresas do setor da aquacultura. A título introdutório, apresentou uma breve contextualização da evolução dos limites aplicáveis aos auxílios de minimis, de modo a clarificar a situação em análise. Referiu que, antes de dois mil e vinte e quatro, o limite máximo geral dos auxílios de minimis aplicável aos diferentes setores de atividade se situava nos duzentos mil euros. Posteriormente, esse limite tinha aumentado para trezentos mil euros para os restantes setores da economia. Acrescentou que, no setor dos transportes, o limite tinha aumentado de cem mil para trezentos mil euros, enquanto, no setor da agricultura, tinha passado de vinte mil para cinquenta mil euros. No que respeitava à pesca e à aquacultura, salientou que o limite permanecera nos trinta mil euros, não tendo acompanhado os aumentos verificados nos restantes setores. Considerou, por isso, que se tinha verificado não apenas uma estagnação dos limites aplicáveis à pesca e à aquacultura, mas também uma inadequação destes montantes face à realidade económica das empresas aquícolas. Explicou que esta inadequação se tornava particularmente evidente em situações de catástrofe natural, nas quais as principais perdas das empresas de aquacultura incidiam sobre as existências, cujo valor poderia ser significativamente superior ao limite dos auxílios de minimis. Referiu que uma empresa de aquacultura poderia ter armazenado em existências um valor correspondente a quase metade do seu volume de negócios anual, pelo que o limite de trinta mil euros se revelava manifestamente insuficiente

para fazer face a perdas significativas decorrentes de acontecimentos excepcionais.

A Sra. Cynthia Benites (Conselho Consultivo da Aquacultura – AAC) cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite para participar na reunião. Informou que o Sr. Brian Thomsen (Presidente do AAC) não poderia estar presente, tendo participado em sua representação. Relativamente à questão dos auxílios de minimis, referiu que tinha tomado nota das preocupações apresentadas pelo Sr. François Herman. Esclareceu que esta matéria ainda não tinha sido discutida no âmbito do AAC e que, conseqüentemente, não existia, àquela data, uma posição formal ou consensual do Conselho Consultivo da Aquacultura sobre a questão. Salientou que a sua participação na reunião tinha, em primeiro lugar, como objetivo ouvir os membros do CCRUP e conhecer as suas preocupações, necessidades e propostas relativamente à matéria em discussão. De seguida, apresentou brevemente o Conselho Consultivo da Aquacultura, explicando que este tinha como objetivo abordar as diferentes questões relacionadas com o setor da aquacultura, tanto ao nível da produção como das políticas e regulamentação da União Europeia, abrangendo igualmente as águas da União Europeia situadas fora do continente europeu. Neste contexto, considerou particularmente pertinente a participação do AAC na reunião do CCRUP, tendo em conta as especificidades das regiões ultraperiféricas e os desafios particulares enfrentados pelos produtores aquícolas desses territórios. Referiu que, no âmbito da regulamentação europeia e da repartição de competências relativamente às matérias relacionadas com a aquacultura, o AAC desempenhava um papel específico enquanto órgão consultivo dedicado ao setor. Reconheceu, contudo, que o CCRUP tinha legitimidade para discutir estas matérias à luz das circunstâncias específicas das regiões ultraperiféricas e das suas características territoriais, económicas e produtivas. Informou que, na sequência de contactos com o Sr. Brian Thomsen, tinham sido apresentadas algumas propostas com vista ao reforço da articulação entre os dois Conselhos Consultivos. Nesse sentido, sugeriu que o CCRUP continuasse a discutir as matérias relacionadas com a aquacultura no âmbito das suas competências e tendo em consideração as especificidades das regiões ultraperiféricas, mas que, sempre que fossem elaboradas recomendações sobre questões diretamente relacionadas com a aquacultura, estas fossem igualmente submetidas à apreciação e consulta do AAC, de modo a poderem ser validadas no âmbito daquele Conselho Consultivo. Salientou que esta articulação permitiria assegurar uma maior coerência entre as posições apresentadas pelos diferentes órgãos consultivos e reforçar a representação dos interesses das regiões ultraperiféricas nas discussões europeias relativas à aquacultura. Acrescentou que nada impediria que os membros do CCRUP diretamente interessados ou envolvidos no setor da aquacultura pudessem também integrar o AAC. Explicou que a participação no AAC permitiria aos interessados ter acesso a informação especializada, bem como acompanhar as intervenções de diversos oradores e especialistas que participavam regularmente nas reuniões e apresentavam informações sobre os desenvolvimentos legislativos e políticos relevantes para o setor. Considerou igualmente que essa participação permitiria aos membros das regiões ultraperiféricas estabelecer contactos e trocar experiências com outros produtores e representantes do setor da aquacultura, incluindo produtores que enfrentassem desafios semelhantes aos existentes nos territórios ultraperiféricos. Por fim, agradeceu novamente o convite e a oportunidade de participar na reunião, referindo que a sua intervenção tinha permitido apresentar brevemente o papel e as possibilidades de articulação do AAC com o CCRUP. Manifestou-se, de seguida, disponível para responder às questões que fossem colocadas pelos membros.

O Sr. François Herman agradeceu à Sra. Cynthia Benites os esclarecimentos prestados e reconheceu que o AAC detinha competência específica relativamente às matérias relacionadas com o setor. Salientou, contudo, que as regiões ultraperiféricas apresentavam especificidades próprias, tanto

no setor da pesca como no da aquacultura. Referindo-se, em particular, às regiões ultraperiféricas francesas, explicou que a atividade aquícola era essencialmente de carácter artesanal, apresentando características distintas das verificadas noutras regiões da União Europeia. Referiu que, aquando da criação do grupo de trabalho dedicado à aquacultura no âmbito do CCRUP, tinha ponderado diferentes possibilidades de organização, nomeadamente a adesão direta ao AAC, a criação de um grupo de trabalho específico ou a articulação direta com o Conselho Consultivo da Aquacultura. Considerou, contudo, que a abordagem mais adequada passava pela conjugação das diferentes formas de participação e articulação, salientando que a cooperação entre o CCRUP e o AAC era necessária e indiscutível. Explicou que, apesar de reconhecer a competência do AAC em matéria de aquacultura, existiam especificidades próprias das regiões ultraperiféricas que justificavam uma análise e uma abordagem específicas no âmbito do CCRUP. Entre essas especificidades, destacou as condições particulares de exploração, o afastamento geográfico relativamente ao território continental da União Europeia, a reduzida dimensão das empresas aquícolas e a dimensão limitada dos mercados regionais. Salientou que, devido ao afastamento geográfico, os produtores das regiões ultraperiféricas enfrentavam frequentemente dificuldades acrescidas no acesso direto aos mercados europeus e aos mercados de exportação, circunstância que condicionava a sua capacidade de desenvolvimento e competitividade. Explicou que tinha sido precisamente a necessidade de dar maior visibilidade a estas especificidades que tinha conduzido à criação do grupo de trabalho dedicado à aquacultura no âmbito do CCRUP. Reiterou, contudo, que os membros estavam plenamente conscientes de que o Conselho Consultivo da Aquacultura constituía o órgão consultivo com competência específica para as matérias relacionadas com a aquacultura. Referiu que o objetivo da reunião consistia, assim, em promover um debate entre os representantes das regiões ultraperiféricas, recolher os respetivos contributos e preocupações e transmitir posteriormente essas questões ao AAC. Considerou ainda que, numa fase posterior, poderia ser ponderada a elaboração de uma posição ou comunicado conjunto entre o CCRUP e o AAC sobre as matérias de interesse comum. Por fim, agradeceu novamente a participação da Sra. Cynthia Benites e solicitou ao Sr. Pedro que se apresentasse e partilhasse com os participantes as expectativas relativamente à reunião e aos trabalhos a desenvolver.

O Sr. Pedro Santos agradeceu, em primeiro lugar, ao CCRUP o convite e a oportunidade de participar na discussão. Apresentou-se como Secretário-Geral do Conselho Consultivo para os Mercados (MAC) e explicou que o Conselho acompanhava as matérias relacionadas com os mercados dos setores da pesca e da aquacultura, abrangendo, em particular, as fases posteriores à produção, nomeadamente a transformação e a comercialização. Relativamente à questão dos auxílios estatais e dos auxílios de minimis, esclareceu que o MAC não dispunha de uma posição específica relativamente aos montantes atualmente estabelecidos. Recordou, contudo, que, no passado, nomeadamente durante a preparação do atual fundo setorial, em dois mil e dezoito, o MAC tinha defendido a importância da existência de um fundo específico para o setor, bem como a manutenção de uma perspetiva regional e de um catálogo de medidas elegíveis suficientemente flexível para responder às diferentes necessidades existentes. Referiu igualmente que, no âmbito da avaliação da Política Comum das Pescas, o MAC tinha voltado a salientar a importância da regionalização e da implementação flexível da política, de acordo com as diferentes realidades e contextos específicos dos Estados-Membros e das respetivas regiões. Informou ainda que o MAC tinha participado numa carta conjunta com os restantes Conselhos Consultivos, no contexto da preparação do próximo orçamento da União Europeia, na qual tinha sido salientada a importância de continuar a existir um instrumento financeiro específico para os setores da pesca, da aquacultura e dos assuntos marítimos. Esclareceu que o MAC não dispunha de uma posição

específica relativamente ao financiamento destinado às regiões ultraperiféricas, mas que, de uma forma geral, apoiava o princípio da regionalização e a existência de financiamento adequado para os setores da pesca e da aquacultura, bem como para as atividades de transformação e comercialização. Relativamente às diferenças verificadas entre os montantes dos apoios concedidos aos setores da pesca e da aquacultura e os atribuídos a outros setores, recordou que esta questão tinha sido discutida no contexto da pandemia de COVID-dezanove, quando tinham sido criados mecanismos específicos de apoio destinados a fazer face aos impactos económicos da pandemia. Referiu que, nessa ocasião, tinham sido identificadas diferenças entre os apoios disponibilizados aos setores da pesca e da aquacultura e os concedidos ao setor agrícola, tendo esta matéria sido objeto de discussão no âmbito dos Conselhos Consultivos. Salientou, contudo, que o MAC não tinha adotado uma posição específica relativamente aos valores dos auxílios estatais nem uma posição especificamente direcionada para as regiões ultraperiféricas. Considerou, ainda assim, que a questão levantada constituía uma matéria relevante e que, de um modo geral, não parecia existir controvérsia quanto à necessidade de assegurar condições de financiamento adequadas e ajustadas às diferentes realidades dos setores e dos territórios. Por fim, questionou se o CCRUP pretendia elaborar uma recomendação ou promover uma discussão específica com a Comissão Europeia sobre esta matéria. Referiu que, caso a recomendação viesse a abranger questões relacionadas com a transformação e a comercialização dos produtos da pesca e da aquacultura, faria sentido envolver igualmente o Conselho Consultivo para os Mercados, manifestando a disponibilidade do MAC para participar nesse processo e contribuir para os trabalhos.

O Sr. François Herman retomou a intervenção, referindo que os auxílios «de minimis» correspondiam aos apoios que os Estados-Membros podiam conceder diretamente às empresas em situações de dificuldade, estando os respetivos montantes sujeitos a limites por setor e a um teto máximo acumulado ao longo de três anos. Recordou que, a partir de dois mil e vinte e quatro, os limites dos auxílios «de minimis» tinham sido aumentados para a generalidade dos setores da economia. Referiu que, no caso da agricultura, o limite tinha aumentado para cinquenta mil euros, enquanto, nos setores dos transportes, da pesca e da aquicultura, os limites se situavam, respetivamente, nos trezentos mil euros e nos trinta mil euros, salientando que, no caso da pesca e da aquicultura, o montante não tinha sofrido alterações significativas há vários anos. O Sr. François Herman chamou a atenção da Comissão Europeia para o facto de os montantes atualmente previstos para a pesca e a aquicultura serem manifestamente insuficientes para assegurar a sobrevivência de uma empresa, nomeadamente perante situações de catástrofe natural. Sublinhou que os territórios ultramarinos não estavam todos expostos aos mesmos riscos, mas que, nas *Antilhas*, em *la Reunion* e em *Mayotte*, existia uma exposição significativa aos riscos associados aos ciclones. Referiu que, mesmo quando eram adotadas todas as medidas de proteção possíveis, a passagem de um ciclone provocava, de forma sistemática, perdas significativas. Considerou, por isso, que o montante de trinta mil euros era manifestamente insuficiente para fazer face às perdas registadas por uma empresa de aquicultura. Salientou ainda que, em função da duração dos ciclos de produção, uma empresa de aquicultura podia ter imobilizado em estoque vivo o equivalente a seis meses, um ano ou até dezoito meses de volume de negócios. Nesse contexto, considerou que um auxílio máximo de trinta mil euros não permitia assegurar a recuperação da atividade após uma catástrofe de grande dimensão. Acrescentou que a situação era particularmente preocupante nas regiões sujeitas a ciclones, uma vez que não existiam, em muitos casos, seguradoras dispostas a assegurar as instalações aquícolas situadas no mar nem os estoques vivos. Consequentemente, em caso de catástrofe natural, as empresas encontravam-se numa situação de elevada vulnerabilidade, ficando a sua sobrevivência fortemente dependente dos apoios públicos

disponíveis. Neste sentido, considerou importante que a Comissão Europeia fosse sensibilizada para esta problemática, que assumia uma importância crescente perante a intensificação dos riscos climáticos e dos fenómenos meteorológicos adversos. O Sr. François Herman abordou igualmente a questão da equiparação entre a pesca e a aquicultura no âmbito dos mecanismos de apoio, considerando que essa abordagem simplificava excessivamente realidades que eram estruturalmente diferentes. Salientou que, enquanto um pescador não geria um estoque vivo, o aquicultor geria um estoque vivo durante todo o ciclo de produção, assumindo responsabilidades e riscos associados à manutenção desse estoque. Considerou, por isso, que a inclusão da pesca e da aquicultura num mesmo enquadramento orçamental não refletia adequadamente as especificidades das empresas aquícolas e defendeu que esta diferenciação deveria ser tida em consideração na definição dos mecanismos de apoio. Por fim, manifestou disponibilidade para colaborar com o AAC na abordagem desta matéria, caso este entendesse desenvolver uma posição sobre a questão dos auxílios «de minimis». Salientou que, embora a problemática pudesse assumir contornos diferentes na Europa continental, onde existiam seguradoras disponíveis para cobrir determinados riscos associados aos estoques vivos e às infraestruturas, nas regiões sujeitas a ciclones essa possibilidade era muito mais limitada ou inexistente. Concluiu que, perante a ausência de soluções de seguro adequadas, as empresas aquícolas das regiões ultraperiféricas ficavam particularmente dependentes da intervenção das autoridades públicas em situações de perdas graves, considerando, por isso, necessário que esta realidade fosse devidamente refletida nas futuras políticas e mecanismos de apoio.

A Sra. Cynthia Benites, tomando a palavra, referiu ter tomado boa nota das preocupações apresentadas relativamente à inexistência ou insuficiência de soluções de seguro adequadas para as empresas aquícolas e à estagnação dos montantes previstos no âmbito dos auxílios «de minimis». Salientou igualmente ter registado a intenção de chamar a atenção da Comissão Europeia para esta matéria, bem como de reforçar o reconhecimento das especificidades do setor da aquicultura. Neste contexto, questionou o Sr. François Herman sobre a intenção de elaborar uma recomendação específica sobre esta matéria e sobre as ações que o CCRUP pretendia desenvolver junto da Comissão Europeia relativamente aos auxílios «de minimis».

O Sr. François Herman confirmou que o objetivo consistia na elaboração de uma recomendação sobre a matéria, salientando que a problemática dos auxílios «de minimis» era amplamente partilhada pelas regiões ultraperiféricas. Nesse sentido, considerou que, numa primeira fase, poderia ser solicitado ao AAC que elaborasse uma recomendação conjunta sobre esta questão, uma vez que uma posição conjunta conferiria maior peso à recomendação a apresentar à Comissão Europeia. Ele salientou, contudo, que esta matéria evidenciava novamente algumas das limitações do exercício desenvolvido no âmbito do CCRUP, na medida em que determinadas questões enfrentadas pelas regiões ultraperiféricas apresentavam especificidades que as distinguiam das realidades verificadas na Europa continental. Acrescentou que a problemática dos auxílios «de minimis» e das dificuldades associadas à cobertura dos riscos enfrentados pelas empresas aquícolas não parecia assumir a mesma dimensão na Europa continental que nas regiões ultraperiféricas.

A Secretária-Geral considerou que seria igualmente importante abordar a vertente da produção e da transformação, nomeadamente no que respeitava à forma como o Sr. François Herman pretendia envolver estes setores na matéria em discussão. Referiu que, da parte do Secretariado, existia total disponibilidade para a elaboração de uma recomendação conjunta, salientando que esse era, desde o início, um dos objetivos do trabalho desenvolvido, caso existisse conteúdo suficiente para a sua concretização. Sublinhou que, até àquele momento, nunca tinha sido elaborada uma recomendação

conjunta com o AAC, considerando, por isso, particularmente importante que o grupo de trabalho estabelecesse uma colaboração estreita com aquele Conselho, pelo menos numa primeira fase. A Secretária-Geral reconheceu que as regiões ultraperiféricas apresentavam especificidades que não se verificavam necessariamente na aquicultura continental, nomeadamente em virtude da sua insularidade e do afastamento geográfico. Contudo, considerou que também poderiam existir diversas semelhanças entre as realidades das RUP e as dos pequenos produtores aquícolas do continente, conforme resultava igualmente da conversa que tivera com a Sra. Cynthia Benites. Nesse sentido, sugeriu que o Sr. François Herman, enquanto representante do grupo de trabalho, pudesse participar, ainda que na qualidade de observador, em algumas das reuniões do Conselho Consultivo da Aquicultura realizadas por videoconferência. Considerou que essa participação permitiria conhecer melhor os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho e verificar a existência de problemas e preocupações comuns entre os pequenos produtores aquícolas das diferentes regiões. A Secretária-Geral apresentou esta possibilidade como uma sugestão de trabalho e propôs que, após a intervenção do Sr. Pedro Santos, fosse dada a palavra ao Sr. Rui Oliveira.

O Sr. Pedro Santos referiu que, relativamente à possibilidade de elaboração de uma recomendação conjunta, não poderia assumir um compromisso imediato, uma vez que teria de consultar previamente os membros do MAC. Considerou que a matéria relativa aos apoios financeiros ao setor não seria controversa, que habitualmente, existia um entendimento entre os membros do Conselho Consultivo sobre esta questão. Salientou que a eventual participação do MAC dependeria, em grande medida, do âmbito que viesse a ser atribuído à recomendação. Caso esta se limitasse aos auxílios estatais destinados à produção primária, considerou que a participação do CCRUP e do AAC seria suficiente. Porém, caso a recomendação abrangesse igualmente os auxílios estatais destinados à transformação e à comercialização, considerou importante a inclusão do MAC. Reiterou que, antes de assumir qualquer compromisso, teria de consultar os membros do MAC, embora considerasse que a matéria, à partida, não seria controversa. Por fim, considerou importante que fosse disponibilizado um esboço da recomendação pretendida pelo CCRUP, de forma a permitir uma melhor apreciação do seu âmbito e conteúdo e a posterior consulta dos membros do MAC.

O Sr. Rui Oliveira cumprimentou novamente os presentes e solicitou a palavra para manifestar o seu apoio à proposta apresentada pelo Sr. François Herman e partilhada pela Sra. Secretária-Geral, considerando importante a elaboração de uma recomendação conjunta sobre a matéria em discussão. Salientou que esta questão assumia particular relevância tendo em conta os acontecimentos mais recentes, referindo que, apesar de Portugal não estar sujeito a fenómenos como ciclones ou tufões com a intensidade verificada em algumas regiões ultraperiféricas, o ano de dois mil e vinte e seis tinha sido particularmente difícil no continente português, tendo provocado danos em diversas estruturas de aquicultura. Ele referiu igualmente que, em Portugal, existiam dificuldades significativas no acesso a seguros para a produção aquícola. Explicou que, no caso de determinadas explorações, como os viveiros de bivalves, não era possível assegurar diretamente a produção, sendo apenas possível contratar seguros para determinadas estruturas físicas, como sistemas de recirculação aquícola, tanques ou outras infraestruturas. Sublinhou que, nestas circunstâncias, o património físico podia ser segurado, mas a produção existente nas instalações, nomeadamente espécies como o pregado (*Scophthalmus maximus*) e a dourada (*Sparus aurata*), não beneficiava de uma cobertura de seguro equivalente. Considerou, por isso, que seria importante reunir os diferentes contributos e experiências existentes, de forma a reforçar a fundamentação de uma eventual recomendação conjunta. Acrescentou que esta recomendação poderia igualmente incentivar a Comissão Europeia a introduzir alterações que

permitissem disponibilizar um apoio direto mais significativo aos produtores aquícolas, sobretudo em situações de ocorrência de fenómenos meteorológicos adversos ou de outras situações excecionais. A este respeito, deu como exemplo a tempestade ocorrida em Portugal no ano de dois mil e vinte e seis, na sequência da qual foi necessário recorrer ao FEAMPA para obter apoio destinado à recuperação dos danos sofridos pelas explorações. Explicou que o recurso a este mecanismo implicava a apresentação e posterior análise de projetos, tornando o processo mais complexo para os produtores e dificultando uma recuperação célere dos prejuízos. Referiu que os apoios eram necessários, designadamente, para a recuperação de equipamentos danificados e de infraestruturas destruídas, incluindo muros que tinham sido afetados ou totalmente destruídos pela tempestade. Concluiu, assim, que uma revisão dos mecanismos de apoio e uma maior adequação destes às especificidades da atividade aquícola poderiam contribuir para uma resposta mais rápida e eficaz perante emergências e para o reforço da resiliência do setor.

O Sr. François Herman considerou que a questão dos seguros e dos mecanismos de apoio em situações de catástrofe constituía uma preocupação partilhada, salientando ter constatado igualmente que esta matéria ainda não tinha sido abordada pelo AAC. Nesse sentido, considerou necessário transmitir ao AAC as preocupações manifestadas e propôs que fosse elaborado um esboço de recomendação, o qual seria posteriormente apresentado ao MAC, com o objetivo de promover o avanço desta questão e reforçar a articulação entre os diferentes Conselhos Consultivos. Relativamente aos auxílios «de minimis», considerou que a matéria poderia vir a ser integrada na mesma recomendação ou, caso se justificasse, ser objeto de uma recomendação específica. O Sr. François Herman referiu ainda que seria importante comparar as diferentes situações existentes nas regiões ultraperiféricas portuguesas, espanholas e francesas, nomeadamente no que respeitava ao tratamento fiscal aplicável às empresas de aquicultura em comparação com as empresas agrícolas. A este respeito, explicou que, em França, existia uma diferença significativa de tratamento fiscal entre os dois setores. Referiu que, no setor agrícola, uma empresa podia, do ponto de vista contabilístico, afetar uma parte dos seus lucros a uma reserva destinada a fazer face a eventuais calamidades naturais. No caso da aquicultura, essa possibilidade não existia, o que considerou particularmente prejudicial para as empresas do setor. Salientou que, na ausência desse mecanismo, os lucros das empresas aquícolas eram integralmente sujeitos a tributação, não sendo possível constituir, através de uma opção contabilística equivalente, uma reserva que permitisse criar uma margem de segurança para fazer face a situações futuras de calamidade. Considerou, por isso, que seria importante comparar a situação existente nas diferentes regiões e avaliar a possibilidade de criar mecanismos que permitissem às empresas aquícolas reforçar a sua capacidade de resistência e reduzir o risco de desaparecimento em caso de ocorrência de fenómenos extremos. O Sr. François Herman reconheceu que, em Portugal, existia pelo menos a possibilidade de assegurar determinadas estruturas flutuantes, salientando, contudo, que, em França, nem sequer essa possibilidade se encontrava disponível. Considerou que, apesar das diferenças entre os territórios, a questão fundamental permanecia a mesma: a elevada exposição financeira das empresas aquícolas perante situações de paralisação ou perda da produção. Explicou que uma empresa aquícola podia ter uma parte muito significativa do seu volume de negócios imobilizada em estoque vivo, correspondente a vários meses, um ano ou até dezoito meses de produção. Sublinhou que, perante a perda desse estoque, na ausência de seguros adequados ou de mecanismos de apoio direto suficientemente abrangentes, a situação financeira da empresa podia tornar-se insustentável. Considerou que, nas circunstâncias atuais, a perda simultânea da produção, da capacidade de exploração e dos recursos financeiros necessários à retoma poderia conduzir, em última instância, ao

encerramento da empresa. Concluiu que esta realidade entrava em contradição com o objetivo de incentivar e desenvolver a aquicultura na União Europeia. Defendeu, por isso, que, para que as políticas de promoção e desenvolvimento do setor fossem coerentes, a Comissão Europeia deveria igualmente considerar os mecanismos de proteção das empresas aquícolas perante calamidades naturais, riscos climáticos e perdas de produção.

A Secretária-Geral propôs que fosse dirigido um pedido de informação aos Estados-Membros França e Espanha, com o objetivo de identificar os apoios atualmente disponíveis para o setor da aquicultura nas respetivas regiões ultraperiféricas e verificar a existência de medidas específicas destinadas a estas regiões. Considerou que, com base na informação recolhida, poderia ser desenvolvida uma recomendação conjunta, inicialmente em articulação com o AAC, propondo que fosse elaborado um primeiro projeto de recomendação. Por fim, solicitou ao Sr. François Herman que indicasse a sua opinião sobre o procedimento a adotar e, caso já dispusesse de alguma proposta ou orientação, que partilhasse um eventual projeto de recomendação, de forma a permitir avançar com os trabalhos.

O Sr. François Herman propôs elaborar um resumo dos principais pontos abordados durante a discussão e comprometeu-se igualmente a preparar um esboço de recomendação sobre a matéria.

Ponto de situação:

O debate incidiu sobre a insuficiência dos atuais auxílios «de minimis» para responder às necessidades específicas das empresas aquícolas, sobretudo nas RUP, tendo sido destacadas as dificuldades de cobertura dos estoques vivos e das infraestruturas perante catástrofes naturais e fenómenos climáticos extremos. Foi salientada a necessidade de diferenciar as especificidades da aquicultura relativamente à pesca e de reforçar os mecanismos de apoio e de seguro ao setor.

Os participantes manifestaram apoio à elaboração de uma recomendação conjunta, em articulação com o AAC e, caso abranja a transformação e comercialização, com o Conselho Consultivo para os Mercados. Ficou acordada a recolha de informação sobre os apoios existentes nas RUP de França e Espanha, cabendo ao Sr. François Herman preparar um primeiro esboço de recomendação.

6. Outros assuntos:

Na ausência de outros assuntos a tratar, o Sr. François Herman propôs o encerramento da reunião, agradecendo a todos os participantes a sua presença e o contributo prestado para o debate, que considerou ter permitido a partilha de preocupações, experiências e perspetivas entre os diferentes intervenientes.

Conclusões/Recomendações

O ponto Apresentação do Grupo de trabalho sobre as Dimensões Sociais e Económicas da Aquicultura WGSEDA da agenda não foi cumprindo, sendo os demais pontos da agenda cumpridos.

Lista de participantes

Membros efetivos:

Pedro Melo	Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores
Pedro Capela	Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores (APASA)
Louis Montperrus	<i>Comité National des Pêches Maritimes et des Élevages Marins</i>
Bruno Langlade	<i>Association Réunionnais Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture</i>
Jean-Michel Cotrébil	<i>Comité Régional des Pêches Maritimes et des Élevages Marins de Martinique</i>
Ruben Farias	Federação das Pescas dos Açores
José Basílio Otero	<i>Federación Nacional de Cofradías de Pescadores</i>
David Pavón	<i>Federación Regional de Cofradías de Pescadores de Canarias</i>
François Herman	<i>Syndicat des Producteurs Aquacoles de Guadeloupe (SYPAGUA)</i>
Jorge Gonçalves	Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores

Observadores:

Mirella Meraut-Laurence	<i>Collectivité de Saint Martin</i>
Emilia GARGALLO	DGMARE
Cynthia Benites	Aquaculture Advisory Council
Rui Oliveira	DGRM
Susana Siborro	DGRM
Ana Silva	Federação das Pescas dos Açores
Pedro Reis Santos	Market Advisory Council
Amanda Pèrez	DGMARE